

Análise de Mídia sobre Educação Infantil

Realização:



Apoio Técnico:

J E D U C A

Iniciativa:

FUNDAÇÃO
BRACELL

Análise de **Mídia** *sobre* **Educação Infantil**

2025

Realização:



Apoio Técnico:

J E D U C A

Iniciativa:

FUNDAÇÃO
BRACELL

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO: ANDI – COMUNICAÇÃO E DIREITOS

Miriam Izabel Cordeiro – Pragita
Diretora Executiva

Ana Potyara Tavares
Diretora Administrativa Financeira

INICIATIVA: FUNDAÇÃO BRACELL

Eduardo Queiroz
Diretor- presidente

Alejandra Meraz Velasco
Diretora de Advocacy e Comunicação

Filomena Siqueira
Diretora de Projetos

APOIO TÉCNICO: ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

Renata Cafardo
Diretora Presidente

Mariana Tokarnia
Diretora Vice-presidente

Camilla Salmazi
Coordenadora Executiva

Coordenação

Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

Redação/edição

Marta Avancini

Equipe de Pesquisa

Antônia Amélia Conceição

Clara Medeiros

Hermes Pena

Mariana Rodrigues

Matheus Feitosa

Paula Guimarães Gratão

Supervisão Técnica e Revisão

Alejandra Meraz Velasco

Ana Potyara Tavares

Miriam Izabel Cordeiro – Pragita

Projeto Gráfico e Diagramação

Aline Macedo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
METODOLOGIA	06
RESULTADOS	08
// ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA	08
// ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	10
TEMA PRINCIPAL	10
FOCO CENTRAL	12
// COBERTURA DE ASPECTOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
ETAPAS E MODALIDADES	15
DIMENSÕES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
DIVERSIDADE E CONVÍVIO	26
POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO	27
LEGISLAÇÃO	30
ESTATÍSTICAS	31
FONTES OUVIDAS	34
TIPOS DE TEXTO	36
// COMPARAÇÃO “ANÁLISE DE MÍDIA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL” E “MÍDIA E EDUCAÇÃO – UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA ENTRE 2016 E 2017”	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

APRESENTAÇÃO

A Educação Infantil, além de ser um direito de todas as crianças, constitui-se em um campo fundamental para o desenvolvimento do ser humano, numa etapa da vida em que os estímulos e as oportunidades fazem muita diferença.

Das pesquisas na neurociência que revelam que as conexões neurais até os 6 anos alcançam uma velocidade inigualável em outras fases da vida aos estudos liderados por James Heckman¹, já sabemos dos impactos positivos das iniciativas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento das crianças pequenas – especialmente àquelas em condições de vulnerabilidade – e para a sociedade. Desse modo, não é exagerado afirmar que a educação, enquanto processo social de formação humana, é fundamental para a promoção do desenvolvimento individual e da sociedade.

O ambiente escolar desempenha um papel central no desenvolvimento integral, atuando nas dimensões física, cognitiva, emocional e social das crianças pequenas. A creche e a escola de Educação Infantil são os espaços onde elas começam a se inserir nas dinâmicas sociais e culturais, expandindo experiências, possibilidades de interação com outras crianças e adultos e tornando contato com a vida em sociedade. Também é na Educação Infantil que se fundam as bases da trajetória escolar da criança, influindo até no seu desempenho escolar futuro e na qualidade de sua vida adulta².

Como documenta o estudo "O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem", do Núcleo Ciência pela Infância³, dentre os benefícios identificados em diversas experiências internacionais desde os anos 1960 estão ganhos cognitivos no curto prazo, melhora dos níveis de aprendizagem

no médio prazo e melhora na escolaridade e renda no longo prazo. Em síntese, não é exagerado dizer que as crianças que frequentam a Educação Infantil tornam-se adultos mais saudáveis, com maior escolaridade, empregabilidade, qualidade de vida - ou seja, em condições mais favoráveis para exercer a cidadania e contribuir para avanços sociais.

Porém, não basta o acesso à escola: o impacto positivo da educação depende da qualidade da oferta, a qual se traduz em professores bem formados e engajados no desenvolvimento infantil, programas estruturados e turmas pequenas, entre outros aspectos⁴.

Em 2024, o Brasil deu um passo essencial para a qualificação da oferta da Educação Infantil no país, com a atualização dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil⁵, em um processo que envolveu o Ministério da Educação (MEC), organizações da sociedade civil e organismos internacionais. O documento foi a base para o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborar as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil⁶, que determinam parâmetros para os sistemas de ensino e escolas de todo o país.

Não bastasse a relevância da Educação Infantil, os Parâmetros e Diretrizes reforçam a importância do debate público sobre o tema, contribuindo para fortalecer na sociedade a compreensão, a importância e a mobilização para garantir uma oferta de qualidade de educação às crianças pequenas, tendo em vista, vale ressaltar, a garantia de um de seus direitos fundamentais.

A mídia é um ator chave nesse movimento, pois é o campo capaz de assegurar mais visibilidade dos temas, dos desafios e dos avanços na educação para a primeira infância.

Esse papel torna-se mais relevante à luz dos desafios – ainda significativos – que o Brasil enfrenta na oferta de vagas, na qualidade, na permanência e, especialmente, nas profundas desigualdades que atravessam as diversas infâncias brasileiras.

O país tinha 39,8% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche, segundo a Pnad Educação 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao passo que o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 previa, na Meta 1, oferta de vagas para atender 50% da população desta faixa etária até 2024. Na faixa etária de 4 e 5 anos, etapa de escolarização obrigatória compatível com a pré-escola, o atendimento deveria estar universalizado em 2016; no entanto, em 2024, a taxa de atendimento é de 93,4%, de acordo com a Pnad⁷.

Diante dos consensos da ciência quanto à pertinência de se canalizar investimentos para o desenvolvimento da primeira infância - o que inclui promover uma educação de boa qualidade – e dos desafios que o país enfrenta nesse campo, cabe perguntar: como a mídia tem se comportado na cobertura da Educação Infantil?

Esta é a pergunta que a Análise de Mídia da Educação Infantil, conduzida pela ANDI – Comunicação e Direitos com iniciativa da Fundação Bracell e apoio técnico da Associação dos Jornalistas de Educação (Jeduca) pretende responder.

A partir da análise de 5.116 notícias publicadas entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, em cinco jornais de alcance nacional, dez jornais com repercussão regional/local e três portais de notícia, a pesquisa traça

um panorama dos principais temas, abordagens e fontes ouvidas, entre outros aspectos, dessa cobertura.

O retrato delineado pela Análise é o de uma cobertura que direciona o olhar para a Educação Infantil, com ênfase nos veículos regionais e locais, mas que, ao mesmo tempo, se guia por episódios não diretamente relacionados às questões da educação – como é o caso dos ataques violentos contra instituições escolares. Além disso, questões relacionadas ao acesso e à infraestrutura têm destaque na cobertura, especialmente nos veículos regionais/lokais, o que é uma indicação de quais são os temas que mobilizam as famílias e a sociedade em geral.

Em contrapartida, a qualidade da oferta e a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança têm participação minoritária no noticiário, o que chama a atenção e leva a uma reflexão sobre a necessidade de fortalecer o espaço para essas questões.

Resultados como esses traçam um panorama da cobertura jornalística, revelando ausências e temas que merecem a atenção do noticiário, sobretudo aqueles ligados ao acesso à educação de boa qualidade, um direito social fundamental das crianças. Nessas lacunas e oportunidades constituem-se, justamente, as possibilidades de fortalecimento do espaço dedicado pelos veículos à Educação Infantil. Quais são os assuntos que devem ganhar mais relevância nas notícias e, consequentemente, no debate público? Afinal, cabe à imprensa um papel central na incidência pela garantia dos direitos sociais.

Boa leitura!

METODOLOGIA

Esta pesquisa faz um diagnóstico das tendências da cobertura jornalística sobre Educação Infantil entre 2023 e 2024. O estudo tem o objetivo de identificar os temas e as problemáticas mais presentes no noticiário sobre Educação Infantil, bem como seus enfoques preferenciais.

A abordagem escolhida foi a análise de conteúdo, método amplamente utilizado na investigação de textos jornalísticos. Esse método se vale de instrumentos que permitem identificar e descrever o conteúdo das mensagens presentes em cada texto e possibilita:

- Sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados pela mídia.
- Identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do trabalho jornalístico.
- Fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes nos textos.
- Identificar tendências da cobertura jornalística.

UNIVERSO DE ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO

O recorte temporal vai de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, período estrategicamente escolhido por seu valor político e institucional. O ano de 2023 marca o início de uma nova gestão presidencial no Brasil. Já em 2024 foram realizadas eleições municipais para a escolha de prefeitos e vereadores, momento crucial para o debate público sobre as políticas locais de Educação Infantil. O recorte temporal permite, assim,

capturar tanto dinâmicas de formulação de políticas em nível federal quanto reflexos e posicionamentos da imprensa diante das disputas no âmbito municipal.

Foram monitorados 16 jornais e três portais de notícias, totalizando 19 veículos. Os jornais foram agregados em dois grupos, o primeiro formado por periódicos que repercutem o cenário nacional e o segundo por aqueles mais voltados à realidade local/regional, sendo pelo menos dois por região. Em todos os casos foram consideradas as edições on-line, disponibilizadas nos sítios de cada veículo para a captura de notícias.

Quadro 1/ Veículos monitorados

Jornais de repercussão nacional

Correio Braziliense

Folha de S.Paulo

O Globo

O Estado de S.Paulo

Valor Econômico

Jornais de repercussão regional/local

Sul: Zero Hora/RS; Folha de Londrina/PR

Sudeste: Estado de Minas/MG; A Tribuna/ES

Centro-Oeste: O Popular/GO; Gazeta/MT

Norte: O Liberal/PA; A Crítica/AM

Nordeste: Jornal do Commercio/PE; Diário do Nordeste/CE e A Tarde/BA

Portais de notícias: G1, UOL e Metrópoles

SELEÇÃO DAS NOTÍCIAS

O levantamento das matérias foi realizado por meio de ferramentas de busca automatizadas baseadas em palavras-chave. A seleção final das matérias foi feita manualmente por pesquisadores capacitados, que aplicaram os seguintes critérios de inclusão:

- › O tema principal ou secundário da matéria deve estar relacionado à Educação Infantil no Brasil.
- › A matéria deve conter no mínimo 500 caracteres para garantir densidade informativa.
- › As notícias sobre contextos internacionais foram incluídas apenas quando faziam referência comparativa com o caso brasileiro.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE

As matérias selecionadas foram classificadas com base em um questionário semiestruturado, instrumento que combina perguntas fechadas, previamente categorizadas, e abertas. O questionário foi organizado em três eixos principais: enquadramento temático, elementos de contextualização e temas específicos da Educação Infantil.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Sempre que possível, os resultados desta pesquisa sobre Educação Infantil serão cotejados com a pesquisa "Mídia e educação: uma análise da cobertura jornalística (2016 e 2017)", realizada pela ANDI com apoio da Unesco e da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca)⁸. Ainda que os universos amostrais utilizados nas duas investigações sejam diferentes e não permitam comparações diretas, o olhar sobre os resultados dos dois estudos suscita reflexões que podem enriquecer a compreensão do cenário atual da cobertura de educação.

RESULTADOS

II ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA

Este estudo identificou 5.116 notícias que focalizam ou tangenciam temáticas relacionadas à Educação Infantil. Os veículos regionais lideram a cobertura, com 1.837 matérias, correspondendo a 35,9% do total. Esse dado indica que a mídia local tem um papel significativo na exposição de temas ligados à Educação Infantil, possivelmente por estar mais próxima das realidades escolares e comunitárias. Os veículos "nacionais" têm uma presença relevante, com 1.058 matérias analisadas (20,7%).

Entre os portais de notícia, o destaque foi o G1, que soma 1.537 matérias (30%) sobre temas relacionados à Educação Infantil, superando inclusive a soma dos veículos nacionais agrupados. Metrópoles (378 matérias) e UOL (306 matérias) dão menos destaque à temática, juntos eles correspondem a apenas 13,4% do total.

A distribuição mensal das matérias sobre Educação Infantil nos dois anos investigados revela uma cobertura sazonal e influenciada por eventos pontuais. O principal destaque é o pico de abril de 2023, com 18,6% (954) do total de matérias - mês em que houve um ataque armado a

uma creche em Blumenau (SC), que resultou na morte de quatro crianças⁹. Esse comportamento reflete uma característica das coberturas jornalísticas em geral, que tendem a dar mais destaque a episódios que fogem da normalidade, como é o caso dos ataques violentos a escolas.

Comparando os dois anos, 2023 apresentou uma distribuição mais irregular, variando de 915 notícias em abril a 62 em setembro, enquanto 2024 teve uma cobertura mais equilibrada, com uma média mensal na faixa de 194 matérias sobre Educação Infantil.

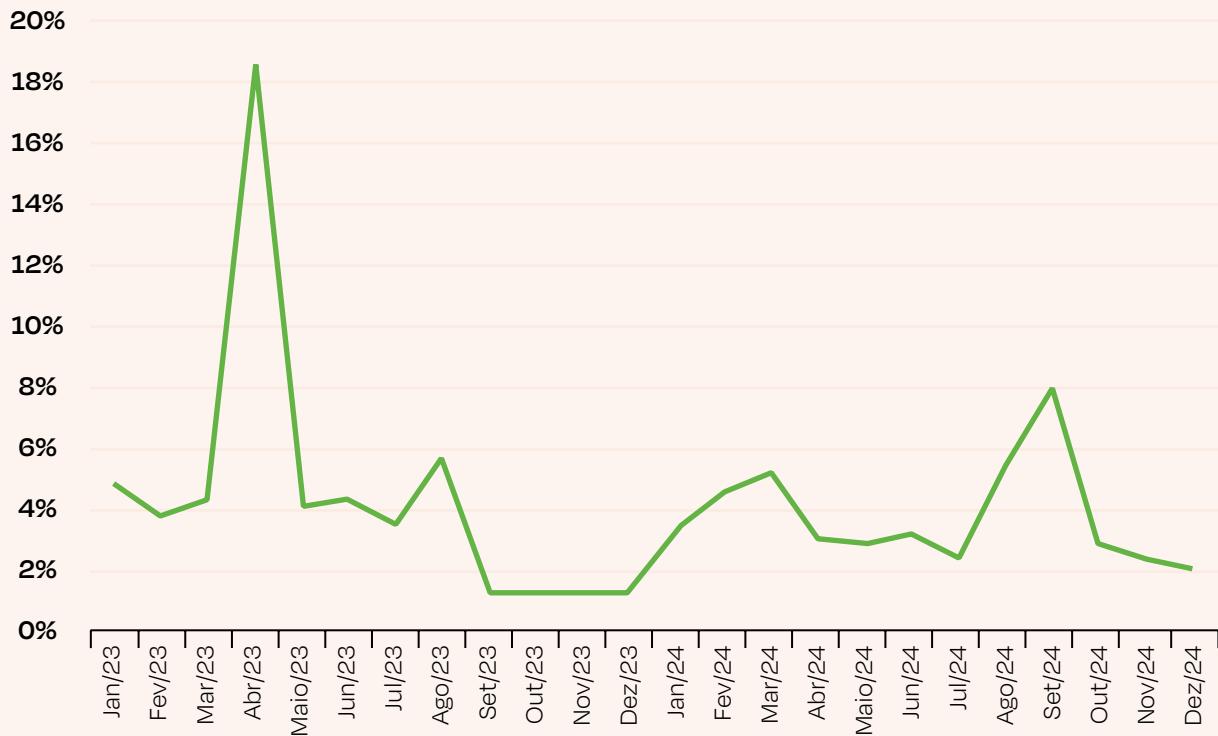
Esses dados indicam que, embora a Educação Infantil tenha certa visibilidade no noticiário, a presença do tema na mídia ainda depende de "gatilhos" externos, não necessariamente relacionados a temas que possam contribuir para o debate sobre os desafios da Educação Infantil, entre eles a melhoria da qualidade. É o caso do destaque alcançado pelas notícias sobre o ataque à creche em Blumenau – notícia que, vale destacar, está relacionada à violência e segurança pública e na qual a escola aparece por ser o cenário do ataque¹⁰.

Tabela 1/ Distribuição de matérias sobre Educação Infantil por veículo - 2023/2024

Tipo de veículo	Veículos regionais	Veículos nacionais	G1	Metrópoles	UOL	Total
N	1837	1058	1537	378	306	5116
%	35,9%	20,7%	30,0%	7,4%	6,0%	100%

(Percentual calculado sobre o total de matérias)

Gráfico 1/ Evolução mensal das matérias sobre Educação Infantil - 2023/2024
(Percentual calculado sobre o total de matérias)



Um aspecto metodológico relevante para compreender as análises é que esta pesquisa contemplou desde matérias que apenas tangenciam algum aspecto relativo à Educação Infantil àquelas focalizadas no debate sobre a temática. Assim, as matérias foram classificadas quanto à **dimensão da abordagem sobre Educação Infantil**, em uma graduação que vai de "mínima" a "alta". As categorias são mínima, mínima-média, média e alta, dependendo do espaço dado à Educação Infantil no texto.

Classificação quanto à dimensão da abordagem sobre Educação Infantil

Mínima: a temática Educação Infantil aparece em aproximadamente uma linha da matéria.

Mínima-Média: a temática Educação Infantil aparece de maneira transversal entre 1 e 2 parágrafos, a depender do tamanho da matéria.

Média: a Educação Infantil é parte importante do fato que está sendo reportado ou analisado, ocupando mais parágrafos ou uma retranca da matéria.

Alta: a matéria tem como tema principal uma ou mais questões relevantes para a Educação Infantil.

Quanto à **dimensão da temática Educação Infantil** nas matérias analisadas, constata-se que 54,5% dos textos variam entre as dimensões mínima-média e alta. Isso indica que pouco mais da metade das reportagens analisadas têm um olhar mais específico para a Educação Infantil, com graus variados de aprofundamento.

Outro resultado que ajuda a dimensionar o espaço dado à Educação Infantil é que 29,1% do total de matérias têm um grau alto de abordagem do tema – ou seja, esses textos contêm uma ou mais questões relevantes para a Educação Infantil como principal assunto.

Em contrapartida, é notório o volume de matérias de dimensão mínima, que apenas mencionam a Educação Infantil (45,5%).

Tabela 2/ Dimensão da cobertura sobre Educação Infantil - 2023/2024

Dimensão da cobertura	Número	Percentual*
Mínima	2327	45,5%
Mínima-média	805	15,7%
Média	497	9,7%
Alta	1487	29,1%
Total	5116	100%

(Percentual calculado sobre o total de matérias)

// ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

As notícias também foram analisadas quanto ao **enquadramento temático**, buscando identificar o **tema principal** e o **foco central**. Nesse quesito, foram analisados todos os textos (5.116) nas quatro dimensões de abordagens descritas na seção anterior (mínima, mínima-média, média e alta).

O primeiro tipo de análise procurou identificar o **tema principal** da matéria, ou seja, o assunto principal. Nesse sentido, vale lembrar que a amostra desta pesquisa incluiu textos sobre diversos assuntos, desde que abordassem algum aspecto relacionado à Educação Infantil no seu conteúdo.

A segunda análise diz respeito ao **foco central** e se concentrou nos elementos específicos do objeto da pesquisa: a Educação Infantil. A intenção foi identificar o aspecto central da Educação Infantil abordado pela notícia – independentemente de o tema principal ser ou não educação. Em outras palavras, o que se deseja saber com foco central é: ao se falar sobre Educação Infantil, que elementos especificamente relacionados a essa questão foram contemplados pela imprensa.

TEMA PRINCIPAL

Mais de um terço do total de matérias analisadas (36%) têm a educação como tema principal, o que coloca o assunto em primeiro lugar no universo analisado. A violência/segurança pública é o segundo tema principal mais frequente, com 22,2% do total de textos; em terceiro lugar está a política (16,8%).

As matérias sobre segurança pública abordam a violência na escola em episódios de violência intraescolar (atos praticados contra as crianças, incluindo atitudes negligentes que as submetem a algum tipo de risco), e a violência extraescolar, que impacta o cotidiano das unidades de educação (como é o caso dos ataques violentos). Já as matérias sobre política refletem principalmente as disputas eleitorais em razão dos pleitos municipais de 2024.

É interessante observar ainda que a Educação Infantil aparece em textos que têm como tema principal Direitos (4,6%), Saúde (4,1%), Economia/Desenvolvimento Econômico (3,0%), o que sugere que os veículos associam o tema com essas áreas, indicando uma percepção da relevância da Educação Infantil para diferentes aspectos da vida e da sociedade.

Em contrapartida, observa-se escassa atenção a aspectos que compõem o cotidiano infantil e aos direitos das crianças, como a convivência familiar (0,2%), o lazer (0,2%), a cultura (0,9%) e a inclusão e diversidade (2,2%). Esses aspectos são fundamentais para a formação das crianças em suas dimensões afetivas, sociais e culturais, e sua baixa incidência no noticiário como tema principal revela uma cobertura limitada, que tende a negligenciar aspectos cotidianos, relacionais e simbólicos da infância, bem como os direitos das crianças.

A análise dos temas principais por tipo de veículo mostra que as matérias sobre violência/segurança pública são as que predominam nos portais Metrópoles (35,7%) e UOL (34,3%), ao passo que no G1 as notícias sobre educação se sobressaem (40,5%).

Nos veículos regionais, a educação prevalece como tema principal (40,2%), destacando-se frente aos demais temas. Já a cobertura nacional revela um certo equilíbrio entre os educação (30,2%) e segurança (26,8%), o que reforça a polarização temática já observada.

Tabela 3/ Tema principal da matéria na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Percentual calculado sobre o total de matérias)

FOCO CENTRAL

No universo total de notícias, ao direcionar a análise apenas para os **aspectos relacionados à Educação Infantil presentes no texto (foco central)**, observa-se que a violência escolar domina o debate, aparecendo em 28% das matérias, como já foi exposto, influenciado pelo ataque à creche em Blumenau (SC) em abril de 2023.

O acesso (matrículas e vagas) também é um foco expressivo, representando 17,5% do total de matérias analisadas, revelando um olhar da mídia sobre a questão das vagas e da necessidade de ampliação da oferta, mas sem aprofundamento na qualidade e nas condições pedagógicas e sociais.

Esta é uma dimensão importante, que merece atenção da cobertura, tanto no que diz respeito ao acesso à creche, quanto à pré-escola. No primeiro caso, o Brasil ainda precisa avançar significativamente no atendimento educacional às crianças de 0 a 3 anos: 39,8% das crianças nessa faixa etária estavam matriculadas em uma creche, segundo a Pnad Educação 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao passo que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), com vigência prorrogada até 2025, prevê atendimento de 50% da população¹¹.

Já na faixa etária de 4 a 5 anos os indicadores são melhores, com uma taxa de atendimento de 93,4%, segundo a Pnad Educação 2024. No entanto, é crucial observar que a cobertura deveria ser universal, pois, segundo a legislação em vigor no Brasil, a matrícula na escola é obrigatória dos 4 aos 17 anos¹². O PNE em vigor também estabeleceu como meta a universalização do atendimento dessa faixa etária até 2016. Ou seja, existem aproximadamente 5,7 milhões de crianças de 4 e 5 anos fora da escola e que deveriam estar matriculadas, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, segundo o IBGE. Assim, além das crianças fora da escola numa faixa etária em que deveriam estar matriculadas, as desigualdades merecem estar na pauta dos veículos.

Outra temática com forte presença é a discussão sobre infraestrutura (13,1%), outro tema

relevante, especialmente à luz dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, atualizados em março de 2024¹³. O documento define dimensões essenciais para a oferta de qualidade de Educação Infantil – cinco ao todo, entre elas Infraestrutura, Edificações e Materiais, com descrições claras de como os centros de Educação Infantil devem se estruturar. Essas dimensões se aplicam a todas as escolas (públicas e privadas), tendo em vista a implementação de políticas públicas, práticas pedagógicas e avaliação capazes de assegurar o desenvolvimento integral de bebês e crianças.

Utilizar os parâmetros como referência para matérias e reportagens sobre Educação Infantil pode ser um caminho para enriquecer a cobertura de Educação Infantil, visto que este é um desafio ainda presente em boa parte das escolas: em 2023 a maioria dos centros de Educação Infantil não contava com estruturas mínimas (refeitório, biblioteca, sala de leitura e parque infantil), de acordo com análise do Todos pela Educação¹⁴.

O estudo revela que, considerando as necessidades da primeira infância, 40% das crianças matriculadas não tinham acesso a parque infantil e que 18% delas não tinham material pedagógico disponível. Paralelamente, o título de exemplo, o Censo Escolar 2024, aponta discrepâncias entre a rede pública e a rede privada – comparação que explicita outro viés de desigualdade. Por exemplo, os jogos educativos estão presentes em 94,9% das escolas privadas contra 78,3% nos centros de Educação Infantil da rede pública¹⁵.

Temáticas como a expansão da rede de Educação Infantil (3,8%), desvio de recursos e corrupção (3,4%) e saúde nas escolas (3%) possuem presença relativa na cobertura. Esse olhar para as questões da Educação Infantil sinalizam uma priorização, por parte dos veículos, de assuntos de caráter estruturantes, ligados à dimensão das políticas educacionais, ao invés de uma abordagem das questões pedagógicas, do papel da educação no desenvolvimento integral da criança e, até mesmo, do cotidiano escolar.

Nesse sentido, os temas ligados ao desenvolvimento infantil, diversidade, lúdicode, participação da comunidade escolar e práticas pedagógicas têm presença marginal ou nula na cobertura: a ausência quase total de temas como “brincar” (0,2%) e “questão de gênero” (0%) reforça a indicação de um olhar pouco atento dos veículos a pautas que poderiam contribuir para disseminar na sociedade conceitos e temas relacionados às infâncias e aos direitos da criança.

Se, por um lado, essa característica da cobertura jornalística revela lacunas importantes no debate midiático sobre a educação na primeira infância, por outro, sinaliza a um campo de incidência para as organizações e entidades que atuam na defesa dos direitos da criança e da Educação Infantil na difusão desses assuntos junto à mídia e à sociedade, contribuindo para o aprofundamento do debate público.

A análise revela **diferenças marcantes entre os tipos de veículos em relação à cobertura de Educação Infantil**. Nos jornais de alcance nacional, a violência nas escolas foi o principal foco das matérias sobre Educação Infantil (34%), também refletindo o ataque à creche de Blumenau. Isso foi também constatado nos portais Metrópoles (46%) e UOL (42,2%).

Em contrapartida, veículos regionais e o G1 apresentam uma cobertura mais equilibrada entre violência (19,4% e 26,9%, respectivamente) e acesso (16,8% e 25,2%). A atenção dos veículos regionais dada à questão do acesso à educação pode ser interpretada como uma indicação de que eles acompanham de perto a oferta de vagas e a gestão educacional nos municípios. A infraestrutura escolar (15,8%) é outro tema recorrente na mídia regional, possivelmente dada a sua conexão direta com as condições concretas das escolas no território.

De forma geral, percebe-se que o tema da qualidade da Educação Infantil se mostra minoritá-

rio, ou mesmo ausente, nos veículos analisados, sobretudo nos portais digitais. Nos veículos de alcance nacional, a qualidade é tema de 1,2% das matérias e, na mídia local, está presente em 0,9% deles. Nos portais digitais, o tema é abordado em 0,3% dos textos do G1 e do Metrópoles e está ausente no UOL.

Na mesma direção, temas associados ao desenvolvimento infantil, como o brincar, a inclusão, a diversidade e as questões de gênero são abordados de forma pontual, sinalizando uma desconexão da cobertura com aspectos fundamentais ao desenvolvimento da criança e com a garantia de equidade na oferta e acesso à Educação infantil, preconizados nas normas mais atuais – os Parâmetros e as Diretrizes de Qualidade e Equidade da Educação Infantil do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁶.

Vale destacar que, com essas normas, passaram a existir referências claras, que caracterizam a Educação Infantil de qualidade, o que pode favorecer um olhar mais aprofundado e detalhado da mídia ao abordar esse tema. Segundo os documentos, as propostas e práticas pedagógicas devem contemplar a acessibilidade, assim como o reconhecimento e a valorização das diferentes infâncias – crianças negras, com deficiência, indígenas e quilombolas. Já na dimensão da oferta e infraestrutura, os centros de Educação Infantil devem ser organizados de modo a possibilitar o contato com uma diversidade de materiais, brinquedos e espaços tendo em vista a diversificação das experiências e possibilidades de interação entre as próprias crianças e entre as crianças e os adultos.

Além disso, o tema de gênero é praticamente invisível, revelando a ausência de pautas identitárias no debate sobre a Educação Infantil e evidenciando uma cobertura que ainda carece de sensibilidade para as múltiplas dimensões da infância.

Tabela 4| Foco central da abordagem sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024
(Percentual calculado sobre o total de matérias)

II COBERTURA DE ASPECTOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta seção são analisados como alguns aspectos específicos são tratados na cobertura sobre Educação Infantil.

A intenção é aprofundar o mapeamento das características dessa cobertura, por isso as análises consideram somente as matérias nas quais a Educação Infantil é abordada de maneira mais aprofundada: ou seja, aquelas com dimensão de abordagem mínima-média, média e alta (veja a lista completa na Tabela 2). Essas três categorias somam 2.789 textos.

As matérias que apenas tangenciam a temática (a Educação Infantil aparece aproximadamente em uma linha do texto) não são consideradas. Então, os 2.327 textos com dimensão de abordagem mínima foram excluídos das análises nesta seção.

ETAPAS E MODALIDADES

A cobertura da Educação Infantil é fortemente centrada na creche (98,6%). Essa ênfase pode ser explicada pela visibilidade de problemas históricos e recorrentes, como a falta de vagas, precariedade da infraestrutura e, no caso específico do período estudado, por episódios de violência de grande repercussão.

A pré-escola também tem destaque e é mencionada em 57,9% dos textos, especialmente nos veículos regionais (72,5%), enquanto os nacionais (57,1%) e portais como G1 (47%) e Metrópoles (40,4%) apresentam percentuais menores.

A educação brasileira é organizada em níveis, etapas e modalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996). A Educação Básica é um nível, composto por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O outro nível é a Educação Superior.

A Educação Infantil se subdivide em creche e pré-escola. O Ensino Fundamental é composto pelos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano).

Segundo a legislação, é obrigatório estar matriculado na escola dos 4 aos 17 anos, faixa etária que corresponde, idealmente, da pré-escola ao Ensino Médio. A matrícula na creche (0 a 3 anos), portanto, não é obrigatória.

As modalidades de ensino estão presentes tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Elas têm o objetivo de atender estudantes com necessidades ou que vivem em contextos específicos. A legislação educacional prevê as seguintes modalidades de ensino no Brasil: educação profissional e tecnológica, educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação quilombola, educação do campo, educação bilíngue de surdos e educação a distância.

As outras etapas da Educação Básica ocupam menos espaço, como era de se esperar. O Ensino Fundamental alcança 19,7% dos textos. Ele é mais mencionado em veículos regionais (29,9%) do que em nacionais (19,8%) e aparece com menor frequência nos portais, especialmente no Metrópoles (9,1%). O Ensino Médio tem uma presença ainda menor na cobertura, atingindo apenas 8,4% no total. A categoria "Educação Básica em geral" também tem baixa incidência, corresponde 4% no total de matérias.

É importante ressaltar que uma mesma notícia pode mencionar mais de uma etapa de ensino, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 5/ Etapas da Educação Básica mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

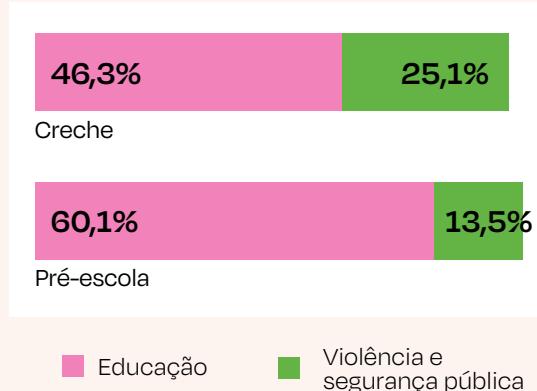
Etapas da Educação Básica	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	UOL	Total
Creche	98,3%	98,7%	1537	378	306	5116
Pré-escola	57,1%	72,5%	47,0%	40,4%	56,4%	57,9%
Ensino Fundamental (1^a a 9^º ano)	20,0%	29,9%	11,9%	9,1%	14,3%	19,7%
Ensino Médio	11,3%	12,6%	2,8%	3,8%	10,5%	8,4%
Educação Básica em geral	5,2%	5,5%	2,0%	1,9%	6,0%	4,0%
Não menciona níveis específicos da Educação Básica	1,1%	0,7%	0,8%	1,0%	1,5%	0,9%

A questão permitia mais de uma marcação

O cruzamento entre as **etapas de ensino**, o **tema principal** da notícia e o **foco central** da cobertura sobre Educação Infantil revela que o noticiário sobre a creche e a pré-escola segue uma tendência geral na maioria das variáveis analisadas nesta pesquisa, salvo pelo fato de as matérias sobre creche concederem maior destaque para as questões relacionadas à violência, pelos motivos já expostos. Soma-se a essa análise o fato de que a pré-escola está diretamente associada à preparação para o Ensino Fundamental, o que pode ajudar a compreender a centralidade nas pautas diretamente relacionadas à educação.

Na análise do **tema principal** – considerando os dois temas mais recorrentes na cobertura em geral – observa-se que, enquanto 25,1% das matérias que se referem a creche priorizam o debate sobre violência/segurança pública, nas matérias que mencionam a pré-escola, esse percentual cai para 13,5%. Já o tema educação continua sendo maioria nas duas etapas, mas com destaque significativamente maior na pré-escola (46,3% contra 60,1%).

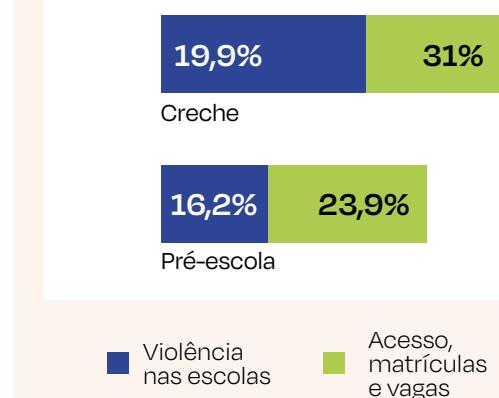
Gráfico 2/ Distribuição de matérias com Tema Principal igual a educação e violência, por creche e pré-escola - 2023/2024



(Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Comportamento similar é observado em relação ao **foco central**. As violências ocorridas dentro e nas imediações das creches predominam em relação a outros aspectos, chegando a superar as questões relacionadas à oferta e demanda por vagas, ao contrário do que acontece nas matérias que mencionam a pré-escola, que dão maior destaque ao acesso à educação.

Gráfico 3/ Distribuição de matérias com Foco Central igual a violência e acesso a vagas, por creche e pré-escola - 2023/2024



(Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

A análise do noticiário sobre a Educação Infantil revela ainda uma baixa representatividade das modalidades de ensino. Em 96,6% das matérias analisadas, não há qualquer menção direta à educação especial, indígena, quilombola, no campo ou bilíngue de surdos, modalidades investigadas nesta pesquisa. Apenas 3,4% do conteúdo contempla essas temáticas, o que evidencia uma invisibilidade significativa da diversidade educacional na mídia, impactando possivelmente no debate público.

De forma geral, os dados revelam um padrão preocupante: a diversidade educacional ainda é invisibilizada nos principais meios de comunicação, especialmente nos veículos digitais e de maior alcance nacional. Isso compromete o reconhecimento das especificidades de grupos historicamente marginalizados e limita o debate público sobre a construção de uma educação inclusiva.

Tabela 6/ Modalidades de ensino mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Modalidades de ensino	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Educação Especial (pessoas com deficiência + altas habilidades)	2,2%	3,2%	2,7%	2,4%	0,8%	2,7%
Educação Indígena	2,2%	1,4%	0,5%	1,0%	0,0%	1,2%
Educação Quilombola	2,2%	1,0%	0,5%	0,5%	0,0%	1,0%
Educação no campo, das águas e das florestas e outros povos	0,4%	0,9%	0,4%	1,0%	0,0%	0,6%
Educação bilíngue de surdos	0,2%	1,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,5%
Não menciona modalidades específicas de ensino na Educação Básica	95,9%	96,3%	96,6%	97,1%	99,2%	96,6%

A questão permitia mais de uma marcação

DIMENSÕES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta análise de mídia sobre a cobertura de Educação Infantil utilizou, como um de seus pontos de apoio, as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (**Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**) para definir temáticas e aspectos considerados desejáveis nas reportagens, pois tornam obrigatórias a implementação das definições de qualidade detalhadas nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.

As cinco dimensões de qualidade definidas nos documentos serviram de referência para esta seção: gestão democrática, infraestrutura, proposta pedagógica, avaliação da Educação Infantil e formação profissional.

É importante deixar claro que a intenção não é identificar se os textos fazem ou não referência direta a cada dimensão, mas sim verificar se há diálogo entre essa cobertura e o que se entende como relevante para política de Educação Infantil na atualidade.

Importante informar ainda que o detalhamento de cada dimensão também se orientou pelas disposições das Diretrizes Operacionais.

Um primeiro aspecto que cabe destacar é que em 44,4% das matérias sobre Educação Infantil não foi identificado nenhum elemento que pudesse ser associado às cinco dimensões analisadas.

As cinco dimensões da qualidade da Educação Infantil

O debate sobre a qualidade da oferta da Educação Infantil - que há décadas mobiliza pesquisadores e analistas - ganhou novos contornos com a aprovação das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil¹⁷ no Conselho Nacional de Educação (CNE), em outubro de 2024.

O documento, ao articular e integrar as dimensões de qualidade definidas nos Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil, lançado pelo MEC em março de 2024, torna obrigatória sua aplicação nas redes de ensino e escolas. São eles¹⁸:

Gestão Democrática: participação social, transparência no acesso a informações, o diálogo com Conselhos de Educação e a criação de Conselhos de Escola em unidades de Educação Infantil.

Identidade e Formação Profissional: os sistemas de ensino e escolas devem implementar estratégias de formação continuada para os docentes e equipes de gestão escolar. O professor da Educação Infantil deve ter formação em pedagogia – mas a legislação atual admite formação de nível médio. Na formação inicial, a carga horária em conteúdos relacionados à Educação Infantil no currículo deve ser ampliada.

Proposta Pedagógica: a proposta pedagógica e o plano de gestão devem ser pautados por dados dos processos avaliativos das redes. A elaboração é de responsabilidade da equipe gestora, mas deve ter o envolvimento dos profissionais da Educação Infantil e da comunidade escolar, incluindo as famílias. Nas escolas que recebem crianças indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, a proposta deve ser elaborada com a participação de pessoas e associações comunitárias e ser alinhada ao contexto social, histórico, ambiental e cultural da comunidade.

Avaliação da Educação Infantil: cabe aos estados, municípios e sistemas de ensino definir formas de coletar dados sobre atendimento, demanda, infraestrutura, materiais, qualidade dos processos pedagógicos e condições dos ambientes de aprendizagem, a fim de monitorar a qualidade da oferta.

Infraestrutura, edificações e materiais: o espaço físico da creche ou pré-escola deve ser pensado com intencionalidade pedagógica desde a concepção, a fim de garantir interações entre a qualidade e o brincar (eixos do trabalho pedagógico da Educação Infantil). As diretrizes definem que as creches e escolas devem ser construídas em locais que permitam contato com a natureza, além de contarem com infraestrutura básica (energia elétrica, água potável, saneamento básico, telefonia e internet, entre outros).

De maneira geral, a gestão democrática, impulsionada pela discussão do acesso à Educação Infantil, é a mais abordada (32%), seguida pela dimensão infraestrutura, edificações e materiais (28,1%). Proposta pedagógica (7,6%), avaliação da Educação Infantil (6,8%) e formação profissional (5,4%) apresentam percentuais mais baixos.

Entre os veículos analisados, os regionais se destacam positivamente e lideram em quase todas as dimensões da qualidade, com destaque para gestão democrática (36,8%) e infraestrutura (34,4%). Apenas 33,8% de suas matérias não mencionam alguma das dimensões, o menor índice entre todos os tipos de veículos. Nos demais veículos, o número de matérias que não consideram elementos relacionados a alguma dessas diretrizes é maior, mas seguem a mesma tendência de destaque para a gestão democrática e infraestrutura.

Tabela 7/ Dimensões da qualidade mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Dimensões da qualidade na Educação Infantil	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	UOL	Total
Gestão democrática	25,3%	36,6%	35,4%	17,8%	23,3%	32,0%
Infraestrutura, edificações e materiais	23,7%	35,2%	26,1%	21,2%	18,0%	28,1%
Proposta pedagógica	9,6%	9,6%	4,7%	6,3%	8,3%	7,6%
Avaliação da Educação Infantil	10,0%	8,3%	3,1%	2,4%	10,5%	6,8%
Formação profissional	5,0%	8,1%	3,0%	3,4%	6,8%	5,4%
Nenhuma das dimensões é mencionada	51,9%	34,0%	45,0%	62,5%	57,9%	44,4%

A questão permitia mais de uma marcação

GESTÃO DEMOCRÁTICA

O acesso e permanência monopolizam o debate sobre a gestão democrática, mencionados em 94% das matérias que tratam dessa dimensão, sem grandes variações entre os tipos de veículos.

Em contrapartida, temas de governança educacional, fundamentais para a construção de um sistema democrático e participativo, são negligenciados. A participação de famílias e profissionais, por exemplo, aparece em apenas 6,3% das matérias, enquanto tópicos sobre articulação federativa e intersetorialidade figuram em menos de 2% do conteúdo analisado, e o diálogo com conselhos é praticamente inexistente.

Mesmo os veículos nacionais, que apresentam maior variedade temática, mantêm uma cobertura bastante limitada: fora o tema “acesso e permanência”, nenhuma outra categoria ultrapassa 10% das menções.

Tabela 8/ Aspectos de gestão democrática mencionados na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias que mencionam a dimensão “gestão democrática”)

Gestão democrática	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	UOL	Total
Acesso e permanência	92,7%	92,9%	96,4%	90,0%	94,3%	94,0%
Participação das crianças, profissionais e famílias	8,6%	7,9%	3,3%	7,5%	5,7%	6,3%
Transparência	2,0%	1,6%	0,9%	5,0%	0,0%	1,5%
Fortalecimento da relação com a comunidade	3,3%	1,9%	1,2%	5,0%	0,0%	1,9%
Intersetorialidade	1,3%	1,1%	0,9%	2,5%	2,9%	1,2%
Articulação Interfederativa	0,7%	0,8%	0,3%	0,0%	0,0%	0,5%
Diálogo com Conselhos de Educação, agentes do controle social e sistema de justiça	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,1%
Criação e fortalecimento de conselhos de escola	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,1%
Outros aspectos	0,7%	0,0%	0,0%	2,5%	0,0%	0,2%

A questão permitia mais de uma marcação

INFRAESTRUTURA, EDIFICAÇÕES E MATERIAIS

Na segunda dimensão da qualidade analisada, a infraestrutura, observa-se uma narrativa fortemente centrada em aspectos estruturais e funcionais, em detrimento de dimensões sensíveis e pedagógicas da ambiência escolar. A edificação da escola (64,8%), por exemplo, domina a pauta em todos os veículos analisados, indicando uma preocupação recorrente com construção, manutenção e condições físicas básicas.

Em contrapartida, áreas verdes dentro das creches aparecem em apenas 1% das matérias. Lactários, fundamentais para bebês, são citados em 1,8% das matérias. A exploração do entorno e a valorização do território surgem em apenas 2,4% dos textos.

Entre os veículos, o UOL se destaca positivamente por uma cobertura mais diversificada, incluindo temas pouco abordados pelos demais, como: Materiais pedagógicos (22,2%); Espaços para brincar (25,9%).

Tabela 9/ Infraestruturas, edificações e materiais mencionados cobertura sobre Educação Infantil - 2023/2024 (Válido apenas para matérias que mencionam a dimensão "infraestrutura, edificações e materiais")

Infraestrutura, edificações e materiais	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Edificação da escola	49,2%	71,0%	65,8%	65,1%	48,1%	64,8%
Parâmetros de segurança	28,9%	13,8%	20,8%	25,6%	33,3%	19,7%
Materiais pedagógicos (livros de literatura infantil, elementos da natureza, brinquedos, materiais de registros etc.)	15,6%	17,2%	10,0%	11,6%	22,2%	14,6%
Banheiros e fraldário	5,5%	6,6%	6,3%	7,0%	11,1%	6,5%
Refeitório	3,1%	6,9%	4,6%	4,7%	11,1%	5,6%
Área administrativa, sala(s) de direção e coordenação	1,6%	5,5%	2,5%	4,7%	7,4%	3,9%
Cozinha	3,1%	5,2%	1,7%	4,7%	7,4%	3,8%
Localização e aproveitamento/utilização da área de entorno: praças, jardins, quadras de esportes etc.	2,3%	2,0%	2,1%	4,7%	7,4%	2,4%
Lactário	0,8%	1,7%	1,3%	2,3%	11,1%	1,8%
Áreas verdes dentro da creche e/ou pré-escola	1,6%	0,9%	1,3%	0,0%	0,0%	1,0%
Banheiro para uso exclusivo dos adultos	0,8%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Outros espaços internos e externos da instituição, sala de referência para bebês e crianças, espaços para o brincar	19,5%	15,5%	13,8%	14,0%	25,9%	15,9%
Outros aspectos	1,6%	2,6%	5,4%	0,0%	7,4%	3,3%

A questão permitia mais de uma marcação

PROPOSTA PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas consideram, principalmente, os elementos da linguagem escrita (33%). As brincadeiras também têm um espaço relevante (30,7%)¹⁹, especialmente nos veículos nacionais (42,3%), em alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que desde sua aprovação, em 2017, estabelece o que é esperado que as crianças desenvolvam e aprendam. Na Base, o brincar, o cuidar e o conviver aparecem como fundamentos do desenvolvimento infantil. Em articulação com essas definições, os Parâmetros e as Diretrizes de Qualidade orientam as redes e escolas sobre como devem operacionalizar a gestão e o funcionamento, de modo a assegurar a oferta de Educação Infantil com qualidade à luz das definições da BNCC.

Já as expressões artísticas (19,5%) e o uso da tecnologia (15,6%) apontam para um reconhecimento de práticas contemporâneas e de múltiplas linguagens na educação das crianças pequenas. Contudo, temas como exploração do ambiente, contato com a natureza, investigação e corporeidade são pouco visibilizados.

Apenas 6,8% das matérias mencionam espaços verdes, 9,8% tratam da exploração do ambiente e 10,2% abordam a corporeidade (corpo, gestos e movimento) — dimensões cruciais segundo a BNCC, mas que seguem com pouca expressividade na imprensa. O estímulo à investigação, um pilar importante para a construção de autonomia e curiosidade na infância, aparece em meros 3,4% dos conteúdos analisados.

Tabela 10/ Práticas pedagógicas mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias que mencionam a dimensão “proposta pedagógica”)

Práticas pedagógicas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Linguagem escrita (leitura, escrita e literatura)	30,8%	34,7%	25,0%	38,5%	54,5%	33,0%
Brincadeiras	42,3%	29,5%	27,3%	15,4%	18,2%	30,7%
Expressões artísticas (música, artes visuais.)	30,8%	18,9%	15,9%	0,0%	18,2%	20,0%
Interações sociais	19,2%	16,8%	18,2%	7,7%	9,1%	16,7%
Uso da tecnologia/ telas	9,6%	16,8%	18,2%	23,1%	18,2%	15,8%
Linguagem oral (falar, ouvir e contação de histórias)	15,4%	22,1%	4,5%	0,0%	18,2%	15,3%
Corpo, gestos e movimento	17,3%	10,5%	6,8%	7,7%	0,0%	10,7%
Cuidado (alimentação, higiene...)	11,5%	6,3%	18,2%	7,7%	9,1%	10,2%
Exploração do ambiente	7,7%	11,6%	13,6%	0,0%	0,0%	9,8%
Utilização de espaços externos	3,8%	7,4%	9,1%	15,4%	18,2%	7,9%
Utilização de espaços verdes e contato com a natureza	3,8%	7,4%	9,1%	0,0%	9,1%	6,5%
Estímulo à investigação	3,8%	3,2%	2,3%	7,7%	0,0%	3,3%
Outras práticas	9,6%	13,7%	15,9%	7,7%	9,1%	12,6%

A questão permitia mais de uma marcação

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, a dimensão avaliação possui dois níveis de abordagem, um referente à qualidade da rede e outro à estratégia de avaliação de cada instituição. Essa análise focaliza a avaliação da rede de ensino de forma mais abrangente, identificada por meio da repercussão de estatísticas oficiais produzidas pela União, estados e municípios referentes. Os resultados indicam que a cobertura centraliza o debate sobre avaliação na capacidade da rede de absorver a demanda pela creche e pré-escola, se referindo tangencialmente a outros aspectos como infraestrutura física e materiais pedagógicos.

Embora os indicadores de matrícula dialoguem diretamente com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, há importantes lacunas na cobertura jornalística em relação a outros aspectos igualmente previstos nas Diretrizes, tais como:

- **Monitoramento contínuo da qualidade** para além da capacidade de atendimento, incorporando indicadores de bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

- **Integração entre dados quantitativos e qualitativos**, articulando estatísticas de rede com observações sobre práticas pedagógicas, interações e organização do tempo e do espaço.
- **Avaliação formativa e participativa**, que envolve a comunidade escolar, famílias e crianças na construção de diagnósticos e melhorias.
- **Acompanhamento da equidade no atendimento**, com recortes por raça/cor, gênero, deficiência e vulnerabilidade social, para aferir se a rede está garantindo igualdade de oportunidades.
- **Uso dos resultados da avaliação** como base para o planejamento estratégico e políticas públicas, e não apenas para monitorar metas de expansão.

Essas lacunas indicam que a narrativa midiática tende a associar a avaliação da Educação Infantil ao dimensionamento de vagas e à expansão da rede, enquanto os elementos de **avaliação processual, participativa e orientada à qualidade integral** — centrais nas Diretrizes — permanecem sub-representados ou ausentes no debate público.

Tabela 11/ Categorias avaliadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo – 2023/2024 (Válido apenas para matérias que mencionam a dimensão “Avaliação da Educação Infantil”)

Categorias avaliadas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Demanda e oferta	96,3%	93,9%	82,8%	100,0%	85,7%	92,4%
Infraestrutura	0,0%	9,8%	13,8%	0,0%	0,0%	6,5%
Outros	3,7%	2,4%	3,4%	0,0%	14,3%	3,8%

A questão permitia mais de uma marcação

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que tange à formação profissional, a formação continuada de professores se destaca em relação aos demais aspectos em todos os tipos de veículo.

Além disso, há uma presença razoável de temas estruturantes, como a contratação de professores efetivos (via concurso público), em contraponto aos contratos temporários (de natureza mais precarizada) e a valorização do piso salarial, principalmente no G1 e no Metrópoles. O G1, em particular, apresenta uma cobertura mais equilibrada, abordando não só a formação continuada (com destaque), mas também a contratação por concurso (37,9%) e o piso salarial (17,2%).

Tabela 12/ Tipos de formação profissional mencionados na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias que mencionam a dimensão "formação profissional")

Formação profissional	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Formação continuada de professoras(es) (em geral)	51,9%	56,1%	27,6%	57,1%	77,8%	51,3%
Contratação de professoras(es) por concurso público	18,5%	18,3%	37,9%	42,9%	0,0%	22,1%
Formação de nível superior para professoras(es)	18,5%	12,2%	10,3%	0,0%	0,0%	11,7%
Piso Nacional Salarial às Professoras(es) da Educação Infantil	7,4%	9,8%	17,2%	0,0%	22,2%	11,0%
Formação continuada de profissionais de apoio - Assistentes, auxiliares, monitoras (em geral)	3,7%	8,5%	10,3%	28,6%	0,0%	8,4%
Criação e/ou atualização da lei de plano de carreira	7,4%	7,3%	6,9%	28,6%	0,0%	7,8%
Formação de professoras(es) e de profissionais de apoio em educação para as Relações Étnico Raciais	11,1%	2,4%	3,4%	0,0%	11,1%	4,5%
Formação de professoras(es) e de profissionais de apoio em Educação Bilíngue de Surdos	3,7%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Formação de professoras(es) e de profissionais de apoio em Educação Especial (em geral)	0,0%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,6%
Formação de professoras(es) e de profissionais de apoio para atuação em escolas e com crianças indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas e outros povos e comunidades tradicionais	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Outros aspectos	14,8%	11,0%	17,2%	14,3%	11,1%	13,0%

A questão permitia mais de uma marcação

DIVERSIDADE E CONVÍVIO

Há baixa incidência de matérias que mencionam explicitamente a importância do convívio com a diferença e a diversidade para o desenvolvimento integral da criança. Conviver é um dos seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil preconizados pela BNCC e, segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, as propostas pedagógicas devem se organizar de modo a assegurá-los.

Apenas 1,3% das matérias abordam essa temática, enquanto 98,7% não fazem qualquer menção a ela. Esses números indicam uma ausência quase total desse enfoque nas pautas jornalísticas sobre o tema. Os dados evidenciam, então, uma lacuna significativa na maneira como os meios de comunicação tratam a Educação Infantil e um distanciamento em relação às normas e diretrizes relativas às propostas pedagógicas e curriculares para a etapa. Ao mesmo tempo, levando em conta a importância da convivência com o diferente como parte do aprendizado, a ausência desse tema na cobertura revela uma oportunidade de ampliar e qualificar o debate público sobre a infância, incorporando visões mais inclusivas e formadoras.

Direitos de Aprendizagem na Educação Infantil

A BNCC define seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos estão associados aos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e competências esperadas na Educação Infantil. É então, a partir deles que os professores desenvolvem propostas de trabalho e experiências.

A Base considera que os seis direitos de aprendizagem asseguram condições para que as crianças tenham um papel ativo, em situações que as convidem a vivenciar e solucionar desafios, construindo significados sobre si mesmas, as outras pessoas e o mundo social e natural.

Tabela 13/ Menção à importância do convívio com a diferença/diversidade para o desenvolvimento infantil/aprendizado na cobertura sobre Educação Infantil - 2023/2024
(Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO

No período analisado, 11,4% do total de matérias sobre Educação Infantil citou planos e programas governamentais relacionados à etapa. Entre os mencionados prevalecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (1,3%), o Compromisso Criança Alfabetizada na Educação Infantil (1,2%); programas estaduais (3%) e municipais (2,7%). Outros programas aparecem com frequência quase nula, como: Proinfância (0,5%); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – 0,4%; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – 0,3%.

Os dados apontam para uma cobertura ainda pouco contextualizada quanto a ações governamentais que visam assegurar direitos às crianças e às famílias e condições de oferta de ensino nas redes e escolas. Também pode sinalizar ausência de atenção por parte dos veículos ao monitoramento dessas políticas públicas, o que é essencial para que elas sejam implementadas como previsto.

Tabela 14/ Planos e Programas na área de Educação Infantil mencionados na cobertura sobre Educação Infantil - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Plano e programas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2,6%	1,2%	0,2%	1,0%	3,8%	1,3%
Compromisso Criança Alfabetizada na Educação Infantil	0,9%	1,9%	0,4%	1,4%	1,5%	1,2%
Programa Bolsa Família	0,7%	0,9%	0,5%	0,0%	2,3%	0,8%
Programa Escola em Tempo Integral	0,6%	0,6%	0,3%	0,0%	1,5%	0,5%
Proinfância	0,2%	0,8%	0,4%	0,5%	0,0%	0,5%
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	0,0%	0,6%	0,2%	0,5%	0,8%	0,4%
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	0,9%	0,2%	0,1%	0,0%	0,8%	0,3%
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,4%	0,4%	0,1%	0,0%	1,5%	0,3%
Programa Saúde da Escola	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Plano de Ações Articuladas (PAR)	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Outros programas federais	2,6%	3,2%	1,2%	1,0%	2,3%	2,2%
Programas estaduais	1,8%	5,4%	1,2%	2,9%	2,3%	3,0%
Programas municipais	1,8%	3,7%	2,2%	1,4%	3,8%	2,7%
Não menciona programas específicos na área de Educação Infantil	88,5%	83,6%	94,1%	91,3%	82,7%	88,6%

A questão permitia mais de uma marcação.

No conjunto de matérias que mencionam políticas públicas, 69,8% citam metas e objetivos, enquanto 28,3% abordam os recursos financeiros necessários ou disponíveis (orçamento). O destaque às metas e objetivos sinaliza um olhar da mídia no sentido de explicitar o pro-

pósito e a direção das iniciativas governamentais, o que contribui para que a sociedade possa compreendê-las e acompanhá-las. Já o financiamento, quando citado nas reportagens, contribui para assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos.

Tabela 15/ Elementos de contextualização de políticas públicas presentes na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2024/2023 (Válido apenas para matérias que mencionam planos e políticas públicas)

Contextualização das políticas/programas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Metas e objetivos	62,9%	73,3%	72,2%	66,7%	60,9%	69,8%
Recursos necessários ou disponíveis (orçamento)	25,8%	32,9%	22,2%	11,1%	30,4%	28,3%
Não menciona os elementos acima	30,6%	21,7%	22,2%	27,8%	30,4%	24,5%

A questão permitia mais de uma marcação

Quanto aos investimentos em educação, 14,2% das matérias mencionam o montante dos recursos disponibilizados para programas e ações diversas no campo da Educação Infantil. A União é o agente mais citado, embora a oferta de Educação Infantil seja de responsabilidade dos municípios. O destaque vai para o UOL, que menciona investimentos federais em 11,3% das

suas publicações — quase o dobro da média geral. Os valores investidos por estados e municípios aparecem com menor frequência (3,3% e 5,9%, respectivamente). Os veículos regionais novamente se destacam, com 20% das matérias fazendo alguma referência ao investimento público e privado (principalmente pelo município, 10%).

Tabela 16/ Origem dos valores investidos em Educação Infantil na cobertura sobre Educação Infantil - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Origem dos recursos	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
União	5,5%	7,1%	2,9%	6,7%	11,3%	5,6%
Estados	2,8%	5,0%	1,5%	5,3%	2,3%	3,3%
Municípios	4,4%	10,0%	4,0%	1,0%	2,3%	5,9%
Setor público em geral	0,4%	0,1%	0,0%	1,0%	0,0%	0,2%
Setor privado	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Não especifica a origem	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
Não menciona valores investidos	87,1%	79,6%	91,9%	86,5%	84,2%	85,8%

A questão permitia mais de uma marcação

Há um apagamento quase total do debate sobre a vinculação constitucional de recursos para a educação.

Tabela 17/ Menção à vinculação constitucional de recursos para educação na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Vinculações constitucionais	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
União	0,4%	0,5%	0,3%	0,5%	0,0%	0,4%
Estados	0,7%	0,3%	0,3%	1,0%	0,8%	0,5%
Municípios	0,9%	0,8%	0,7%	2,4%	2,3%	1,0%
Não especifica o ente	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Não menciona	97,2%	98,8%	99,0%	97,1%	97,7%	98,4%

A questão permitia mais de uma marcação

Quanto às fontes de financiamento, o orçamento público é o mais mencionado (17,2% em média), especialmente nos veículos regionais (23,3%). O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aparece com menor frequência (2,3% em média), sendo mais citado no UOL (4,5%).

Vale lembrar que o Fundeb é a principal fonte de financiamento da Educação Básica, inclusive da Educação Infantil, por isso chama a atenção a

ausência de referências ao Fundo. Já contribuições como o Salário-Educação e outras fontes sociais são praticamente ignoradas.

Considerando a importância e a complexidade do financiamento da Educação Básica no Brasil, o baixo nível de referências às fontes e mecanismos de financiamento abre uma lacuna tanto no aspecto da informação à sociedade, quanto na qualificação do debate público sobre uma dimensão essencial para a garantia do direito das crianças à educação de qualidade.

Tabela 18/ Fontes de financiamento da educação pública mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Fontes de financiamento	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Orçamento público	16,8%	23,3%	11,1%	16,8%	17,3%	17,2%
Fundeb	1,8%	3,3%	1,4%	1,0%	4,5%	2,3%
Salário-Educação	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%
Outras contribuições sociais	0,6%	0,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,3%
Outras	1,1%	1,2%	0,5%	1,4%	1,5%	1,0%
Não menciona fontes de financiamento para a educação	81,7%	75,1%	88,2%	83,2%	78,2%	81,5%

A questão permitia mais de uma marcação

LEGISLAÇÃO

Os marcos regulatórios na área de educação estão presentes em 18,9% das notícias sobre Educação Infantil analisadas neste estudo. Entre os dispositivos legais mais mencionados, destacam-se o Plano Nacional de Educação – PNE (6,2%), legislações ordinárias como leis, decretos e portarias (6,4%) que aparecem de forma mais genérica. Em seguida, tem-se os projetos de lei (2,7%), geralmente associados a trâmites legislativos em andamento. Outras referências recorrentes, ainda que em menor proporção, são a Base Nacional Comum Curricular (1,5%), a Constituição Federal (1,9%), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1%) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1,2%).

Tabela 19/ Marcos regulatórios mencionados na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo – 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Legislação	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Plano Nacional de Educação - PNE	9,8%	8,2%	2,4%	2,9%	9,0%	6,2%
Constituição Federal	2,4%	2,5%	1,0%	1,0%	2,3%	1,9%
Base Nacional Curricular Comum	2,0%	2,6%	0,1%	1,0%	1,5%	1,5%
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	1,7%	1,7%	0,7%	0,0%	1,5%	1,2%
Estatuto da Criança e do Adolescente	1,3%	1,4%	0,5%	0,5%	0,8%	1,0%
Marco legal da Primeira Infância	0,7%	0,5%	0,1%	0,0%	0,0%	0,4%
Lei 14.133/2020 - Lei que regulamenta o FUNDEB	0,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Lei 11.645b- Obrigatoriedade do ensino das Culturas Afro-indígenas	0,4%	0,5%	0,0%	0,0%	0,8%	0,3%
Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Projetos de lei	3,0%	4,1%	1,5%	1,0%	2,3%	2,7%
Outras leis, decretos, portarias	6,7%	8,8%	4,0%	2,9%	9,8%	6,4%
Outros	2,4%	3,8%	1,3%	1,9%	2,3%	2,5%
Não cita legislação	77,1%	74,4%	89,6%	88,9%	75,9%	81,1%

A questão permitia mais de uma marcação.

ESTATÍSTICAS

Os dados estatísticos são utilizados como elementos de contextualização em 15,7% das matérias. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é citado em 1,5% das matérias sobre Educação Infantil. Outros indicadores nacionais aparecem em 1,3% das reportagens. As estatísticas gerais, como taxas de matrícula e cobertura da Educação Infantil, são referidas em 13,7% das matérias.

Tabela 20/ Estatísticas da área de educação mencionados na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Estatísticas de educação	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	1,7%	0,9%	1,8%	1,4%	3,0%	1,5%
Outros indicadores nacionais	1,7%	2,2%	0,2%	0,0%	3,0%	1,3%
Estatísticas em geral (taxas, %)	19,8%	17,9%	6,3%	6,3%	21,8%	13,7%
Não menciona indicadores/estatísticas educacionais	78,0%	80,1%	91,9%	92,3%	75,2%	84,3%

A questão permitia mais de uma marcação.

Do total de matérias que utilizam estatísticas, 31,5% fazem comparações em âmbito nacional, destacando diferenças ou semelhanças entre regiões ou estados do Brasil, o que sugere uma preocupação em mostrar, nas matérias, discrepâncias regionais e estaduais. Apenas 4,1% contextualizam os dados internacionalmente.

Tabela 21/ Comparação entre estatísticas educacionais na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido para as matérias que mencionam estatísticas)

Compara indicadores	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Nacionalmente	33,3%	32,0%	36,0%	6,3%	24,2%	31,5%
Internacionalmente	4,2%	5,0%	1,3%	0,0%	6,1%	4,1%
Não compara	62,5%	63,0%	62,7%	93,8%	69,7%	64,4%

A questão permitia mais de uma marcação.

Recursos estatísticos com dados complementares de outras áreas (não educacionais) são pouco utilizados, restringindo-se a 4,8% do total de matérias. Esse resultado indica uma tendência da cobertura de analisar os indicadores e dados educacionais dentro do próprio campo, abrindo pouco espaço para uma visão mais abrangente das questões da educação em relação a outras áreas.

Tabela 22/ Menção a estatísticas de outras áreas (não educacionais) na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Estatísticas de outras áreas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Sim	7,9%	5,0%	2,9%	2,9%	6,0%	4,8%
Não	92,1%	95,0%	97,1%	97,1%	94,0%	95,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Os órgãos governamentais são as principais fontes de dados estatísticos. No total, 64,9% das estatísticas citadas provêm de órgãos públicos, com destaque para o IBGE (21,4%), o Inep (17,6%) e o Ministério da Educação (15,8%). As OSCs também se destacam como fontes (17%).

Já as fundações privadas (7,1%) e entidades privadas (6,4%) aparecem de forma complementar, indicando alguma diversidade nas origens dos dados, ainda que limitada. As universidades são mencionadas em 5,2% dos textos como fontes de dados.

Tabela 23/ Fonte estatísticas mencionadas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido para as matérias que mencionam estatísticas na área de educação e em outras áreas.)

Fontes estatísticas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Poder Público*	63,6%	60,0%	78,7%	63,2%	68,6%	64,9%
IBGE	22,1%	22,1%	20,2%	5,3%	25,7%	21,4%
Inep	18,6%	14,5%	21,3%	15,8%	25,7%	17,6%
Ministério da Educação	17,1%	12,8%	22,5%	10,5%	17,1%	15,8%

Fontes ouvidas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Ministério do Desenvolvimento Social	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,4%
TCU	0,0%	0,9%	2,2%	5,3%	0,0%	1,0%
Outras Instituições de Pesquisas Governamentais	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Outros órgãos do governo federal	2,9%	3,4%	6,7%	0,0%	0,0%	3,5%
Secretarias Estaduais de Educação	2,9%	3,4%	2,2%	10,5%	2,9%	3,3%
Outros órgãos estaduais	4,3%	6,8%	5,6%	26,3%	0,0%	6,2%
Secretarias Municipais de Educação	0,7%	5,1%	6,7%	0,0%	5,7%	4,1%
Outros órgãos municipais	4,3%	5,5%	7,9%	0,0%	5,7%	5,4%
Organismos Internacionais**	5,7%	6,8%	2,2%	0,0%	8,6%	5,6%
Unesco	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
UNICEF	0,7%	1,3%	2,2%	0,0%	0,0%	1,2%
OCDE	0,7%	3,8%	0,0%	0,0%	5,7%	2,3%
Outros Organismos internacionais	4,3%	2,6%	0,0%	0,0%	2,9%	2,5%
Universidades	7,9%	4,7%	3,4%	5,3%	2,9%	5,2%
Especialistas e pesquisadores	2,9%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Organizações da Sociedade Civil	22,9%	14,5%	15,7%	10,5%	17,1%	17,0%
Setor privado	6,4%	6,0%	6,7%	5,3%	8,6%	6,4%
Fundações privadas***	7,9%	8,5%	1,1%	5,3%	11,4%	7,1%
Outra	7,9%	7,2%	10,1%	5,3%	5,7%	7,7%
Não foi possível identificar a fonte	5,7%	9,8%	2,2%	10,5%	0,0%	6,8%

A questão permitia mais de uma marcação.

**Os percentuais referentes ao Poder Público e aos Organismos Internacionais correspondem à soma das subcategorias que se enquadram nesses grupos.

*** Fundações privadas são instituições filantrópicas de caráter privado, mantenedoras de um fundo para ações de responsabilidade social. Normalmente vinculada a uma empresa, como vertente social.

FONTES OUVIDAS

Entre as fontes consultadas nas matérias sobre Educação Infantil, há uma forte presença do poder público, que somam 68,6% do total. Dentro desse grupo, destaca-se o Executivo Municipal, com 36,8%, sendo mais citado nos veículos regionais (35,7%) e no portal G1 (50,3%). Já o Executivo Federal – excetuando o Ministério da Educação, que possui uma categoria específica em função da temática – tem uma presença bem menor (7%). O Ministério da Educação representa 5,2% do total de fontes ouvidas.

Em contrapartida, há baixa participação de fontes acadêmicas e técnicas. Especialistas e técnicos respondem por apenas 9,1%, e universidades são citadas em menos de 2% dos casos. Da mesma forma, organizações da sociedade civil (4,5%) e fundações privadas (2,3%) têm participação limitada, indicando pouca escuta da sociedade organizada.

Integrantes da comunidade escolar, como professores (5,7%) e alunos (1,4%) são pouco ouvidos. Vale destacar, no entanto, a escuta das famílias (17,1%), mais presentes no portal G1 (23,4%) e no Metrópoles (22,1%). A baixa escuta de estudantes e professores sugere um distanciamento da perspectiva de quem vive diretamente o cotidiano escolar. Neste aspecto, vale destacar, foi constatado em outros estudos sobre a cobertura de educação, como a pesquisa Mídia e Educação de 2016–2017, e sinaliza uma tendência de se priorizar fontes ligadas ao poder público na elaboração das reportagens. O desafio que se apresenta, então, é buscar meios de dar mais visibilidade a outros atores.

A maior parte das matérias analisadas (56,3%) consultou mais de uma fonte, o que é positivo no sentido de assegurar diversidade de olhares nas narrativas.

Tabela 24/ Fontes ouvidas na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo – 2023/2024
(Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

Fontes ouvidas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Poder Público*	62,8%	68,0%	72,9%	70,7%	63,2%	68,6%
Executivo Federal	10,7%	7,7%	1,8%	9,6%	18,0%	7,0%
Ministério da Educação	6,5%	6,9%	2,8%	5,3%	4,5%	5,2%
INEP	1,5%	1,3%	0,5%	0,0%	2,3%	1,0%
IBGE	1,1%	1,6%	0,2%	0,5%	3,0%	1,0%
Executivo Estadual	14,6%	13,9%	6,0%	20,7%	8,3%	11,7%
Executivo Municipal	25,7%	35,7%	50,3%	20,2%	21,8%	36,8%
Polícia (Militar ou civil)	17,7%	9,9%	17,0%	17,8%	14,3%	14,6%
Judiciário	2,8%	2,4%	5,1%	2,4%	5,3%	3,5%
Ministério Público	5,2%	2,6%	6,8%	3,8%	3,0%	4,6%
TCU	0,4%	0,1%	0,2%	0,5%	0,0%	0,2%
Legislativo Federal	2,8%	2,2%	0,5%	3,4%	2,3%	1,9%
Legislativo Estadual ou Distrital	1,8%	2,1%	0,9%	2,4%	2,3%	1,7%
Legislativo Municipal	1,3%	1,3%	0,5%	0,0%	1,5%	1,0%
Dirigentes de instituições de ensino*	12,9%	10,0%	8,8%	11,5%	7,5%	10,1%
Dirigentes de instituições de ensino públicas	4,1%	5,9%	5,6%	5,8%	3,0%	5,3%
Dirigentes de instituições de ensino privadas	8,7%	3,9%	3,0%	5,8%	3,8%	4,7%

Fontes ouvidas	Veículos nacionais	Veículos regionais	G1	Metrópoles	Uol	Total
Dirigentes de universidades/faculdades públicas	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,8%	0,2%
Dirigentes de universidades/faculdades privadas	0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação	0,2%	0,5%	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%
CONSEC - Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Associações setoriais da área de ensino	0,2%	0,1%	0,0%	0,5%	0,0%	0,1%
Especialistas/Técnicos	14,6%	8,8%	7,4%	4,3%	9,0%	9,1%
Organismos Internacionais*	1,7%	1,4%	0,5%	0,0%	0,8%	1,0%
Unesco	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
OCDE	0,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,8%	0,3%
UNICEF	0,9%	0,7%	0,4%	0,0%	0,0%	0,6%
Outros Organismos Internacionais	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
Conselhos de Educação	0,2%	0,3%	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%
Conselhos Tutelares e de Direitos	0,2%	0,6%	1,6%	0,0%	0,0%	0,8%
Outros conselhos	0,2%	0,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%
Universidade	3,0%	1,4%	1,6%	1,4%	3,0%	1,9%
Organizações da Sociedade Civil	7,9%	4,5%	2,7%	2,4%	6,8%	4,5%
Fundações privadas	4,3%	3,2%	0,4%	0,0%	3,8%	2,3%
Associações**	0,6%	1,1%	1,1%	0,5%	0,0%	0,9%
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Sindicatos e confederações	2,0%	2,8%	1,3%	1,9%	0,8%	2,0%
Empresa (não estatais, exceto as do setor de educação)	3,0%	2,3%	0,7%	4,3%	1,5%	2,0%
Empresas estatais	0,4%	0,4%	0,2%	0,0%	0,8%	0,3%
Alunos/alunas/estudantes	1,5%	2,0%	1,1%	0,5%	0,8%	1,4%
Professores/professoras	7,9%	6,1%	3,6%	3,8%	10,5%	5,7%
Familiares	14,0%	12,5%	23,4%	22,1%	11,3%	17,1%
Outros cidadãos	6,8%	4,2%	4,7%	2,4%	3,8%	4,7%
Outros	15,2%	13,4%	18,9%	16,8%	15,0%	15,9%
Não foi possível identificar as fontes consultadas	11,1%	9,9%	8,0%	7,7%	12,0%	9,4%

A questão permitia mais de uma marcação.

*Os percentuais referentes a Poder Público, Dirigentes de Instituições de Ensino e Organismos Internacionais correspondem à soma das subcategorias que se enquadram nesses grupos.

** Associação é a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos — ou seja, sem objetivo de gerar e distribuir lucro entre os associados, mas atuar em prol de interesses comuns. Se diferem das fundações privadas porque não estão vinculadas a empresas ou fundos filantrópicos. Ex: Associação de moradores.

Tabela 25/ Matérias com mais de uma fonte consultada na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

TIPO DE TEXTO

O tipo de texto jornalístico indica uma clara predominância do formato reportagem, que corresponde a 92,6% do total das matérias analisadas. Os textos avaliativos (artigos, notas e editoriais) somam 4,9% do total. As entrevistas ocupam um espaço reduzido (2,4%).

Tabela 26/ Tipo de texto jornalístico utilizado na cobertura sobre Educação Infantil, por tipo de veículo - 2023/2024 (Válido apenas para matérias com dimensão da cobertura sobre Educação Infantil igual a mínima-média, média e alta)

II COMPARAÇÃO ANÁLISE DE MÍDIA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL 2023 E 2024 E MÍDIA E EDUCAÇÃO – UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA 2016 E 2017

Com o objetivo de mapear características da cobertura de educação, alguns resultados da "Análise de Mídia sobre a Educação Infantil" foram confrontados com a pesquisa "Mídia e Educação – Uma Análise da Cobertura Jornalística entre 2016 e 2017", realizada pela ANDI com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca).

A aproximação é possível porque os dois estudos adotam a mesma metodologia, baseada na análise de conteúdo. Porém, os universos pesquisados e o escopo das análises são diferentes, o que inviabiliza a comparação direta entre os resultados das duas investigações.

Enquanto esta análise de mídia enfoca a Educação Infantil, o estudo de 2016-2017 olhava para a cobertura da educação, abrangendo a Educação Básica e o acesso à superior. Os veículos analisados também são diferentes, o que impõe limitações às comparações.

Considerando essas especificidades, serão apresentadas, a seguir, algumas aproximações dos resultados dos dois estudos, não com o objetivo de traçar tendências da cobertura de educação, mas de perceber aspectos comuns e diferenças.

TIPO DE VEÍCULO

No esforço de comparação dos resultados das duas pesquisas, observa-se que a distribuição de matérias por tipo de veículo é contrastante.

Em 2016/2017, o maior volume de matérias sobre Educação Básica foi publicado nos jornais nacionais (33,1% do total de textos analisados). Já em 2023/2024, o maior destaque foi para os jornais regionais/lokais, com 35,9% do total de publicações sobre Educação Infantil.

Este movimento pode se justificar pelo fato de a Educação Infantil ser, prioritariamente, ofertada pelo município – o que ajuda a explicar o interesse da mídia local pelo tema. Ao mesmo tempo, merece uma compreensão mais aprofundada sobre o papel da mídia local na cobertura.

Um ponto que merece a atenção é o destaque do G1, veículo que, de forma isolada, publicou o maior número de matérias nas duas pesquisas: 56,5% na cobertura de Educação Básica e 30% na Educação Infantil.

TEMA PRINCIPAL

No que se refere ao tema principal, há que se notar as especificidades de cada pesquisa. O tema educação, embora ocupe o primeiro lugar nas duas investigações, foi menos frequente no noticiário sobre a Educação Infantil, 36% contra 51,4% da cobertura sobre a Educação Básica.

Contudo, violência e segurança pública associadas à violência na escola foi um tema mais presente na análise de mídia sobre Educação Infantil (2023/2024), chegando a 22,2%, ao passo que na análise da cobertura sobre a Educação Básica (2016-2017) esse foi o tema principal de 9,6% das matérias. Como já foi amplamente discutido, o destaque dessa temática na abordagem da Educação Infantil está relacionado à onda de ataques armados contra os centros de Educação Infantil.

Esse destaque leva também à reflexão sobre o que é considerado notícia e ao espaço dado para acontecimentos extraordinários na cobertura em detrimento de assuntos que poderiam contribuir para o aprofundamento do debate sobre as condições de vida das crianças e, também, da população em geral.

Também chama a atenção o espaço concedido ao tema política nos dois estudos: 12,3% em 2016–2017 e 16,8% em 2023–2024. O olhar mais aguçado para a política na análise de mídia sobre Educação Infantil pode estar relacionado ao cenário de maior polarização política, instabilidade institucional ou a uma intensificação do debate público sobre políticas educacionais e sociais.

Outros temas, como saúde, inclusão e diversidade, meio ambiente e arte e cultura mantiveram presença relativamente baixa nas duas pesquisas.

FOCO CENTRAL

O foco central mais recorrente nas matérias sobre Educação Infantil foi a violência escolar, que dominou o debate, com 28% dos textos, em função do ataque à creche em Blumenau (SC) em abril de 2023. No estudo de 2016-2017, sobre a Educação Básica, as avaliações do sistema de ensino (ENEM, ENCCEJA, SAEB e outros) foram o assunto mais frequente, com 21,2% do total.

Em segundo lugar, nos dois estudos, está o acesso à educação (matrículas e vagas), com 17,5% das matérias na análise de mídia sobre a Educação Infantil e 18,8% naquela sobre a Educação Básica.

A infraestrutura é o terceiro assunto adotado como foco central das matérias nas duas pesquisas. Na análise de mídia sobre Educação Infantil, são 13,1% dos textos; no estudo sobre a Educação Básica, 5,7%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A utilização de elementos de contextualização da notícia, a cobertura da Educação Infantil (2023/2024) dedica mais espaço a políticas pú-

blicas ao passo que na cobertura sobre Educação Básica (2016/2017), a referência a legislação e a utilização de dados estatísticos se sobressaem.

A menção a políticas públicas: 16,4% para a Educação Infantil e 10,7% para a Educação Básica.

Legislação: 14,7% na cobertura de Educação Infantil e 18,7% na cobertura sobre Educação Básica.

Dados estatísticos: 5,7% das matérias sobre Educação Infantil e 15,3% naquelas sobre a Educação Básica

FONTES OUVIDAS

Nas duas pesquisas, o poder público é a principal fonte ouvida. Na análise sobre a cobertura de Educação Infantil, essas fontes somam 68,6% do total, com destaque para o Executivo Municipal, com 36,8%.

Já no estudo sobre a cobertura da Educação Básica, o poder público foi consultado (52,4%), com equilíbrio entre os três níveis de governo: federal (16,5%), estadual (13,8%) e municipal (15,1%).

Nas duas pesquisas, a participação de fontes acadêmicas foi significativamente mais baixa do que aquelas do poder público e chama a atenção que elas tenham tido menos espaço no estudo sobre Educação Infantil – as universidades foram ouvidas em 6,3% das matérias no estudo de 2016-2017 e em 1,9% na pesquisa de 2023-2024, uma diferença notável.

De forma similar, organizações da sociedade civil (4,5%) e fundações privadas (2,3%) têm participação limitada, indicando pouca escuta da sociedade organizada na cobertura de Educação Infantil. Na cobertura de Educação Básica, as organizações da sociedade civil foram ouvidas em 2,4% das matérias e as fundações privadas em 2,3% dos textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é pauta, principalmente, na mídia local. Considerando os veículos isoladamente, o portal G1 destaca-se como o que mais publica notícias sobre o tema. A etapa é objeto de uma cobertura baseada em fontes oficiais – especialmente o Executivo municipal – em reportagens que têm como foco a violência, infraestrutura, matrículas e vagas.

Este panorama, traçado pela Análise de Mídia sobre Educação Infantil, revela um cenário de uma cobertura jornalística com características tradicionais, semelhantes às delineadas em estudos anteriores sobre a cobertura de educação, além de alguns traços perceptíveis no jornalismo praticado pela grande mídia em outras áreas, como a ênfase no factual e em acontecimentos que escapam à normalidade.

São esses traços que ajudam a compreender o destaque da violência, temática aparentemente desconectada das problemáticas da educação, na pesquisa: no período analisado, o maior número de notícias foi registrado em abril de 2023, quando ocorreu um ataque armado contra uma creche em Blumenau (SC).

O episódio, ocorrido em meio a uma onda de ataques contra escolas em várias partes do país, mobilizou a mídia, consternou a sociedade e trouxe a Educação Infantil para o centro das atenções, mas trata-se, de fato, de um evento episódico.

Ao lado da violência, o acesso às creches e centros de Educação Infantil e a infraestrutura também têm destaque na cobertura. A ênfase

nesses temas é coerente com os desafios que persistem no país, onde a oferta de vagas em creches e a permanência na pré-escola são desafios a serem equacionados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O mesmo pode ser dito sobre a infraestrutura das unidades de atendimento, que ainda requer investimentos.

Porém, ao mesmo tempo em que a cobertura jornalística de Educação Infantil dá conta de trazer para o noticiário público temas relevantes, a Análise de Mídia aponta para lacunas significativas. Uma delas é a qualidade, aspecto que está no centro do debate educacional da atualidade, graças à publicação das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, de 2024.

As cinco dimensões de qualidade preconizadas pelo documento foram analisadas na pesquisa: gestão democrática; infraestrutura, edificações e materiais; avaliação da Educação Infantil; identidade e formação profissional; e práticas pedagógicas.

A gestão democrática e a infraestrutura são as dimensões mais presentes nos textos, o que é coerente com os resultados já apresentados, pois dizem respeito a acesso e condições materiais. Em contrapartida, aspectos relacionados à formação de professores, à avaliação e às práticas pedagógicas são significativamente menos citados. Esse contraponto sinaliza uma cobertura jornalística menos orientada para aspectos do funcionamento cotidiano da escola, dos processos de aprendizagem, assim como das questões relacionadas ao desenvolvimen-

to infantil e aos direitos das crianças. Evidência disso, é o baixo percentual de matérias que tratam de aspectos como o brincar, a diversidade e o convívio.

Outro ponto que merece destaque é o predomínio de fontes oficiais, o que sugere uma cobertura que parte da visão de governantes e formuladores de políticas públicas. A voz das famílias, segundo tipo de fonte mais consultada, tem certo destaque nas reportagens, mas os professores, atores diretamente envolvidos no processo educacional, praticamente não são ouvidos.

As ausências sinalizadas pela Análise de Mídia são pontos de atenção e, ao mesmo tempo, oportunidades para a incidência de atores e organizações que atuam no campo da Educação Infantil junto aos veículos, contribuindo para ampliar e diversificar o olhar dos veículos para uma pauta relevante na perspectiva do desenvolvimento humano, social e econômico.

Nesse sentido, chama a atenção o interesse da mídia local pela Educação Infantil, o que representa uma oportunidade de levar às regiões localizadas fora do campo de influência dos grandes centros urbanos as pautas da qualidade da educação e da primeira infância.

Fortalecer esse movimento representa também um caminho para qualificar o olhar dos veículos e dos jornalistas para a Educação Infantil, contribuindo, portanto, para abrir mais espaço para perspectivas que aprofundem a abordagem de um tema tão estratégico para as pessoas e a sociedade.

NOTAS DE FIM

1 James Heckman demonstrou, com base em evidências econômicas, que investimentos de qualidade na primeira infância geram altos retornos sociais e econômicos, reduzindo desigualdades e aumentando produtividade ao longo da vida. HECKMAN, James J. *Giving Kids a Fair Chance*. Cambridge: MIT Press, 2013.

2 Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/impacto_desenvolvimento_primeira%20infancia_sobre_aprendizagem.pdf. Acesso em 30/07/2025.

3 Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacao/o-impacto-do-desenvolvimento-na-primeira-infancia-sobre-a-aprendizagem/>. Acesso em 15/08/2025.

4 Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1351/1098>. Acesso em 30/07/2025.

5 Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=264261-parametros-nacionais-para-qualidade-da-educacao-infantil&category_slug=outubro-2024&Itemid=30192. Acesso em 30/07/2025.

6 Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265031-rceb001-24&category_slug=outubro-2024&Itemid=30192. Acesso em 30/07/2025.

7 Pnad Contínua Educação 2024: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em 12/07/2025.

8 Disponível em [https://andi.org.br/wp-content/uploads/2021/01/andi-midia-e-educacao-uma-analise-da-cobertura-jornalistica-entre-2016-e-2017.pdf](https://andi.org.br/wp-content/uploads/2021/01/andi-midia-e-educacao-uma-analise-da-cobertura-jornalistica-entre-2016-e-2017-midia-e-educacao-uma-analise-da-cobertura-jornalistica-entre-2016-e-2017.pdf). Acesso em 08/08/2025

9 "Quatro crianças são mortas em ataque a creche em Blumenau; homem foi preso" (g1, 5/4/2023): <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghtml>

10 Em sua maioria as notícias sobre o ataque à creche em Blumenau foram classificadas como violência quanto ao tema principal.

11 Pnad Contínua Educação 2024: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf

12 Lei 12.796/2013: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm

13 Parâmetros: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/parametros-nacionais-de-qualidade-da-educacao-infantil-atualizacao-2024/>

14 Maioria das escolas com Educação Infantil não tem estruturas básicas, como biblioteca, parque e refeitório: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/maioria-das-escolas-com-educacao-infantil-nao-tem-estruturas-basicas/>.

15 Apresentação do Censo Escolar 2024: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf.

16 Diretrizes: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-1-de-17-de-outubro-de-2024-591687293>

17 Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1, 17/10/2024): <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-1-de-17-de-outubro-de-2024-591687293>

18 "Qualidade na educação infantil: confira pontos de atenção para cobertura": <https://jeduca.org.br/noticia/qualidade-na-educacao-infantil-confira-pontos-de-atencao-para-cobertura>

19 O percentual foi calculado apenas sobre as matérias que abordam a dimensão das práticas pedagógicas, contexto no qual as brincadeiras adquirem relevância na cobertura. Esse dado não contradiz, portanto, a análise sobre o Foco Central da matéria em que o brincar aparece em menos de 1% do total de textos selecionados nessa pesquisa.

Realização:



Apoio Técnico:

J E D U C A

Iniciativa:

FUNDAÇÃO
BRACELL